

As manifestações que sacudiram nas últimas semanas o país continuaram com vigor, mesmo após a redução das tarifas para os patamares anteriores. Milhões de pessoas continuam saindo às ruas, desafiando a polícia, mesmo com o saldo de mortos e feridos que continuam aumentando, como aconteceu na quarta-feira, 26/6, em Belo Horizonte, quando um manifestante morreu após cair de um viaduto.

A Conlutas convocou nos dias 26 e 27/6 uma série de manifestações que aconteceram por todo o país e na próxima semana, no dia 11/7, as centrais sindicais

estão convocando uma grande Jornada de Lutas que terá como principal bandeira as liberdades democráticas e os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Há vários anos que as Centrais Sindicais não se unem em um grande ato. Mesmo em datas como o 1º de Maio, quando cada central realiza sua manifestação separadamente. A Jornada deverá acontecer sob diferentes formas (paralisações, greves ou manifestações de rua) por todo o país, sempre em defesa de uma pauta unitária de reivindicações da classe trabalhadora (veja matéria nesta página).

## MANIFESTAÇÕES CONTINUAM EM TODO O PAÍS E CENTRAIS PROGRAMAM JORNADA DE LUTAS



BRUNNO MARCHETTI

Manifestações levaram milhares de pessoas às ruas de todo país

### RECUO DOS GOVERNANTES

Além da mídia dominante, que mudou o seu discurso tão logo percebeu o tamanho das mobilizações, os governos de vários estados e municípios, além do próprio governo federal, já recuram em suas posturas. A maioria deles revogou o aumento das tarifas de transporte público, os vereadores de São Paulo aprovaram a instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as possíveis irregularidades nas licitações de transporte urbano.

Em Brasília, o Senado

engavetou a PEC 37, aprovou o uso de royalties do petróleo para educação e saúde, assim como um projeto que transforma crimes de corrupção em hediondos.

Os partidos e coletivos de esquerda lutam para que

troos estudiosos, procurando refletir sobre a complexa situação que hoje vivenciamos. Durante o mês de julho acompanhe as principais mobilizações que acontecem pelo país através do site [www.apropucs.org.br](http://www.apropucs.org.br).

### As pautas da Jornada Nacional de Lutas

- Fim do fator previdenciário
- 10% do PIB para a Saúde
- 10% do PIB para a Educação
- Redução da Jornada de Trabalho para 40 horas semanais, sem redução de salários
- Valorização das Aposentadorias
- Transporte público e de qualidade
- Reforma Agrária
- Mudanças nos Leilões de Petróleo
- Rechaço ao PL 4330, sobre Terceirização.

## Nota Pública da APROPUC-SP à Reitora Nomeada da PUC-SP, Prof<sup>a</sup> Anna Maria Marques Cintra

# Pelo arquivamento imediato do processo político instaurado contra a diretora, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Beatriz Costa Abramides

Na data de 08 de março de 2013, a Reitora nomeada da PUC-SP instaurou processo administrativo, de cunho político, contra a diretora da APROPUC, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Beatriz Costa Abramides, por ter acompanhado manifestação de estudantes no CONSUN em 27 de fevereiro. A Comissão Processante ouviu a Prof<sup>a</sup> Beatriz em duas ocasiões, 27 de março e 17 de abril, e em 02 de maio foram ouvidas as testemunhas de defesa. Em 9 de maio, os advogados da Prof<sup>a</sup> Beatriz realizaram a entrega da defesa à Comissão. Esta enviou seu parecer final à Comissão de Sindicâncias e Processos Administrativos em 27 de maio. Os advogados de defesa obtiveram informação junto à Comissão de Sindicâncias e Processos Administrativos que o relatório final com os pareceres foi encaminhado à Reitora na semana de 10 de junho. Até a presente data, 27 de junho de 2013, a Reitora não fez qualquer manifestação. Recusou-se a receber a diretoria da APROPUC após ter confirmado a solicitação de uma reunião e por duas vezes recusou-se a falar com jornalistas do Jornal PUCViva.

Em um momento em que milhares de manifestantes vão às ruas de todo o país para reivindicar direitos elementares e exigir que os governantes ajam com transparência e democracia, é inadmissível que, na PUC-SP, se mantenham formas

obscurantistas como processos políticos contra professores, estudantes e funcionários por manifestarem suas posições por meio de ações coletivas. Entendemos que, tão grave quanto, é o fato de, após mais de um mês de encerradas as oitavas para se esclarecerem os fatos apontados pela senhora reitora para a instauração do processo político contra a professora, até o momento não obtivemos um posicionamento claro da sra. Reitora em relação ao parecer final da comissão. Acrescido da pusilanidade política quando, sob o manto de autoridade que lhe foi outorgado, se nega a conversar com as entidades profissionais e sindicais (CEFESS e APROPUC-SP) que não só encaminharam manifestações por escrito, mas também solicitaram audiência para tratar do processo. Ignorou, ainda, milhares de manifestações de apoio à professora e de repúdio ao processo político.

A Diretoria da APROPUC vem se posicionar pelo imediato arquivamento do processo em questão, sem quaisquer punições à diretora Maria Beatriz Costa Abramides, em consonância com o respeito à democracia, ao direito de manifestação e de associação sempre defendidos por esta Associação e, hoje, exigidos por toda população brasileira nas ruas.

## Reitora nomeada não se manifesta sobre processo político contra a professora Bia Abramides

Procurada pelo **PUCviva**, a reitora nomeada professora Anna Cintra negou-se a dar informações sobre o andamento do processo político movido contra a professora Bia Abramides, encaminhando a resposta para a sua equipe que, até o fechamento deste jornal, não se manifestou.

A APROPUC enviou à reitoria e Fundasp mais um lote de assinaturas de entidades e pessoas das mais diferentes profissões que prestaram solidariedade à professora e repudiaram o ato de arbítrio cometido pela professora Anna Cintra. A diretoria da entidade divulgou nota manifestando a sua estranheza sobre a condução do processo (veja íntegra do documento nesta página). A entidade também continua recebendo manifestações de solidariedade que divulgamos a seguir:

Allan Barbosa-PIBID; Adriana Oliveira - Assistente Social; Alessandra Cordeiro-Secretaria da Educação; Alessandra Souza-UFJF; Alessandro de Moura - Doutor em Ciências Sociais pela UNESP; Alfredo Oliveira - Assistente Social CRESS 5ª Região - Feira de Santana; Alice Abi-Eçab - Assistente Social - USP - Mestranda Pós em Serviço Social PUC-SP; Aline da Silva Fernandes - Assistente Social Judiciário; Argeu Godoy-Jornalista; Ariana Celis-Abepss- Micro Araçatuba; Cíntia Almeida Fidelis - Assistente social - ex-aluna da PUC-SP; Clarice Costa Carvalho - Curso de Serviço Social da UFF - Polo de Rio das Ostras; Clarice Tomas De Souza de Freitas - Academia da Força Aérea; Clarissa Menezes - Assistente Social - Ex-aluna PUC-SP - LER-QI; Daniel Aquino-UFJF; Edileuza Almei-

da - Estudante de Serviço Social - Unifesp Baixada Santista; Edvânia Ângela de Souza Lourenço - Prof.<sup>a</sup> - UNESP-Franca; Elisângela Matos-Associação Mulher Vida; Elizabeth Rossin - Prefeitura Campinas; Érika Alves Martins - MG - Campus Juiz de Fora; Erika Calheiros - Assistente social, trabalha na UFAL; Erson Martins de Oliveira - Ex-Professor da PUC-SP - POR; Eucaris Olaya - Prof<sup>a</sup> Universidad Nacional de Colombia; Fabiano Santos-UFAL; Fernanda Azevedo - Assistente Social, Participa do NEPEDH - PUC-SP; Fernanda Carriel - Assistente Social, mestranda em Serviço Social - PUC-SP; Heloisa Helena Corrêa da Silva - Prof<sup>a</sup> Serviço Social - U. Federal do Amazonas - Mestre; Henri de Carvalho-Doutor em História-Dirigente do Sinpro Guarulhos; Jucélia Souza-Centro Universitário Italo Brasileiro;

Ângelo Santana-UNIP; Kátia Hale - Doutoranda em Serviço Social - PUC-SP - Prof<sup>a</sup> SS Uniútal; Katia Iris Marro - Curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, Polo de Rio das Ostras; Lidiane Santos Rodrigues-USF; Marinês Coral - Prof.<sup>a</sup> do Curso de Serviço Social - UFAL-Campus Arapiraca, Unidade Palmeira dos Índios; Marisa Feffermann - Pesquisadora do Instituto de Saúde e do GEDS; Odete Marques - Assistente Social - Psicanalista e psicoterapeuta; Priscilla Nunes Rezende - Assistente social Prefeitura Municipal de São Paulo - NEAM - PUC-SP; Tarik Argentim - Estag. Direito - Projetos Sociais - Escritório Modelo - PUC/SP; Walber Monteiro - Secretaria de Educação do Estado; Walcyr de Oliveira - Prof. da UFRJ e Vice-Pres. da Secretaria Regional do RJ do ANDES-SN.

# Funcionários elegem representantes para os Conselhos Superiores

Nos dias 1, 2, e 3/7, os funcionários administrativos escolherão seus representantes nos órgãos colegiados. Os funcionários têm assento no Conselho Universitário (Consun), Conselho de Planejamento e Administração (Conplad) e Conselho de Cultura e Relações Comunitárias (Ceccom).

Serão nove representantes com seus respectivos suplentes para cada conselho. Para o Consun foram registradas duas chapas, enquanto que para o Conplad e Ceccom se apresentou somente uma chapa. Os funcionários também elegerão um representante

para as Câmaras de Pós-Graduação e não foram feitas inscrições para a Câmara de Educação Continuada. Os procedimentos para a escolha deste cargo serão informados posteriormente.

A Comissão Eleitoral informa que as inscrições ainda estão sob conferência e podem ser indeferidas. A votação no campus Perdizes ocorrerá na entrada da Biblioteca, e em outros campi ocorrerão urnas itinerantes ou fixas cuja localização será divulgada posteriormente. Abaixo apresentamos a relação dos candidatos inscritos.

## CONSUN

### CHAPA 1

#### Titulares

Maykel Chagas B. Araujo  
Maria Aparecida A. de Souza  
Aimã Ibrahim Mourad  
Carlos Alberto D. dos Santos  
Nalcir Antônio Ferreira Junior  
Paulo David Colla Junior  
Rui de Oliveira Domingos  
Fernando Tadeu Teixeira  
Benedito Arão dos Santos

#### Suplentes

Rosana Alves  
Marcus Vinicius Machado Rosa  
André Alves de Andrade Gois  
Rosangela Macedo C. Costa  
Jorge Claudio Evalt  
Jessica da Silva Leite  
Simeia de Mello Araujo  
Maria Helena G. S. Borges  
Cleonice Regina de O. Duarte

### CHAPA 2

#### Titulares

Macedo Francelino da Cruz  
José Rodrigo Santana  
Edson Gonçalves Santos  
Rodrigo Assunção de Freitas  
Rodney de Souza  
Matheus de Lima Silva  
Rosangela Mendes Perico  
Marcos Aurélio de Oliveira  
Tiago Vieira Fernandes

#### Suplentes

Leidiane Ribeiro Barbosa  
Elaine Spinelli Silva  
Etielen de Souza Pinto  
David Araujo Pereira  
Luan Silva Fonseca  
Diego Carlos da Silva  
Hugo Leonardo de Souza  
Caio Cezar Carneiro Costa  
Luiz Carlos Monteiro de Lima

## CONPLAD

### CHAPA ÚNICA

#### Titulares

Arthur Alexandre Simone  
Miriam Solange G. Soares  
Arthur Gagliardi Filho  
Mauricio Carlos B. de Melo  
Fabio Sufiatti  
Bruno Pinotti Cason  
Solange Ap. Cubero Ferreira  
William C. Pompilio da Silva  
Reynaldo André P. Machado

#### Suplentes

Regina Maria Albino Costa  
Kelly Cristina de Souza  
Larissa Trevizan Pereira  
Andreia Fonseca Fazzolari  
Klister da Graça Silva  
Kelli Nunes de Almeida

## CECCOM

### CHAPA ÚNICA

#### Titulares

Edilaine Correa Gonçalves  
Roberto Julio Gava  
Deyse Cristiani da Silva  
Fernando Sangrioli  
Leticia Santos Vale Prandini  
Marta De Los Santos Hojas  
Izabel Cristina da Silva  
Rafael Diego Garcia  
Marta de Jesus Silva

#### Suplentes

Edilene de Fatima Moretti  
Jailda Marina do Nascimento  
Ana Paula Lopes Machado  
Khatrym Curaça Ciasqui  
Celia Regina de Aro  
Vera Lara da Cruz Lucas  
Lucimara Lonaro Cardoso

## CANDIDATOS INSCRITOS PARA A CÂMARA DE PÓS-GRADUAÇÃO

- 1 - Fabio Schuskel
- 2 - Luciene dos Santos Souza
- 3 - Marlene Rosa dos Santos
- 4 - Rodrigo Tavoni

## FALA COMUNIDADE

# A Constituinte já começou!

**Willis Santiago Guerra Filho**

Agora que o governo desistiu da constituinte para a reforma política é que é a hora de reconhecermos que este poder constituinte está nas ruas e exigir que se inscreva em nossa Constituição essa revolução, pois em nada poderá vir a ser diminuído ou suprimido o que há de fundamental nela, que são os direitos e garantias assim qualificados: insisto no que já há um ano e meio propus: uma INSTITUINTE JÁ! Não há o que temermos, veneráveis juristas de escol e cidadãos em geral envolvidos por este movimento de junho, de uma classe política que se encontra colocada em posição defensiva perante a multidão, o verdadeiro poder constituinte, nos termo de Toni Negri, que não deixam de ser também aqueles da obra clássica sobre o assunto, do Abade Sieyès, fazendo o registro do ocorrido na Revolução-padrão, a francesa, de 1789, quando o Terceiro Estado se auto-proclamou Assembleia Nacional Constituinte, diante da tentativa

dos outros dois componentes dos Estados Gerais esvaziá-los. Chega de PECs, a esburacarem nossa Constituição, tornando-a parecida a um queijo Gruyère ou de coalho. O poder reformador não é constituinte, mas sim desconstituinte, assim como têm sido os Poderes da República, em maior ou menor intensidade, como demonstra exemplarmente o conluio de todos os três na permissividade quanto ao (ab)uso de Medidas Provisórias, a tornar o nosso Estado menos de Direito e mais de emergência, de exceção.

Como demonstra Negri, em seu "O Poder Constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade", o constitucionalismo e a ciência jurídica de um modo geral, despolitizada e despolitizante como costuma ser, tradicionalmente empreende um esforço para reduzir a força democrática do que de fato legitima o direito a fórmulas jurídicas mistificadores, que terminam por assombrar até mesmo os que são os principais responsáveis por sua existência imaginária.

A jurisdicização do poder constituinte, com seu caráter democrático e revolucionário, equivale a uma domesticação dessa que do ponto de vista da ordem estabelecida é uma "anomalia selvagem". Ocorre que esta ordem estabelecida entre nós se mostrou altamente insatisfatória, por indesejável e odiosa, e as forças do amor e do desejo insaciados, insaciáveis, na mais aceitam esta transcendência pressuposta como num passe de mágica, de que tudo vai bem e cada vez melhor: não é o progresso dentro desta ordem que queremos para o nosso País. Chega de pensar as categorias do direito, como essa de poder constituinte, como sendo conceitos teológicos secularizados, tal como denunciaram Carl Schmitt, em sua Teologia Política, e antes dele Hans Kelsen, em sua obra menos conhecida, "Deus e o Estado", bem como Walter Benjamin, no ensaio "Crítica do Poder/Violência (Gewalt)", e ainda, bem mais recentemente, Michel Foucault, nas palestras dadas no Rio de Janeiro em 1973, "A Verdade e as Formas Jurídicas". Não é mais possível con-

tinuarmos crendo que haja um poder, dito constituinte, que surge do nada, *ex nihilo*, produzindo e organizando todo o direito na forma do Estado: *ex nihilo nihil*, do nada não vem nada. E aí passamos a temer, como se fosse o próprio diabo, um qualquer poder que almeje ocupar este lugar do criador, para assim tornar-se o destruidor. Ocorre que o poder verdadeiramente constituinte se situa em um plano de imanência, permanente, e como vimos em nossas ruas no corrente mês de junho, ele é uma virtualidade capaz de se manifestar multitudinariamente, tal como uma singularidade, múltipla, miraculosa (diria Hannah Arendt), que irrompe na ordem cronológica, rompendo-a, quebrando, literalmente, relógios nas ruas... Não há o que temer, por ser uma operação arriscada, a da convocação por plebiscito de uma instituinte, pois o risco é o horizonte político do direito e o modo atual de como convive-se em sociedade.

**Willis Santiago Guerra Filho** é professor da Faculdade de Direito da PUC-SP

## Sobre a avaliação docente empreendida pela reitoria da PUC-SP

Nós, estudantes de pós-graduação do Programa de Estudos Pós Graduated em Serviço Social, reunidos em assembleia, realizada no dia 4/6/2013, discutimos o significado da nova política de avaliação docente proposta por essa reitoria e consideramos: a importância de uma avaliação docente que seja processual; que considere a relação de ensino-aprendizagem e o Projeto Pedagógico de cada curso; que seja realizada por meio de um

instrumento elaborado por docentes e discentes de forma horizontal e democrática e que fortaleça o ensino, a pesquisa e a extensão.

Concluimos que no instrumento de avaliação proposto - instrumento esse construído sem discussão e contribuição do corpo docente e discente da PUC-SP, como esperado de uma instituição que se posiciona afirmando ser democrática e plural - constam questões que avaliam os docentes individu-

almente, sem relacioná-las ao Projeto Pedagógico do curso de pós-graduação. O instrumento está caracterizado de forma a revelar as particularidades de cada docente, não a sua competência acadêmica e vínculo com um projeto de formação de profissionais que contribuirão para a transformação da sociedade.

Lembramos, ainda, que os docentes dos programas de pós-graduação são constantemente avaliados pelas agências de fomento à pesquisa por sua

produção intelectual e publicação em *Qualis Periódicos*.

Portanto, após discussão sobre o significado de tal avaliação, deliberamos coletivamente pela não participação da avaliação docente empreendida pela PUC-SP.

Aguardamos a oportunidade de diálogo e construção coletiva de um instrumento de avaliação.

**Discentes do Programa de Estudos Pós Graduated em Serviço Social**

## GAUCHE NA VIDA

# Nunca foi só por centavos!

# Nunca foi só por uma bandeira!

Valério Arcary

Na quinta feira, dia 22 de junho, durante as manifestações na Avenida Paulista em São Paulo e no Rio de Janeiro, as colunas de militantes da esquerda foram atacadas por grupos de indescritível boçalidade que queimaram as faixas. As bandeiras vermelhas foram perseguidas com ferocidade fascista. Dezenas de militantes foram agredidos, violentamente e, para evitar um confronto físico que poderia ter sido muito mais grave, em condições imensamente desfavoráveis, porque os agressores fascistas eram apoiados por uma parcela da manifestação que gritava sem partido, sem partido, a esquerda decidiu se retirar da manifestação.

O que aconteceu foi uma tragédia. Militantes de todos os partidos estão revoltados e perplexos. Com razão, porque o que aconteceu foi terrível. Tivemos que enfrentar a repressão policial, incontáveis vezes, é verdade. Mas há décadas que não tínhamos que disputar o direito de marchar nas ruas contra os fascistas. A esquerda ocupou as ruas depois do final dos anos setenta, há trinta e cinco anos atrás.

No entanto, é bom lembrar que não foi a primeira vez que os militantes, que hoje se organizam no PSTU, se viram obrigados a defender, vigorosamente, o direito de se apresentar publicamente com suas bandeiras. Por exemplo, em 1984, quando da campanha das Diretas já, uma campanha de unidade na ação democrática contra o último governo da ditadura, que uniu os partidos da classe trabalhadora com partidos burgueses, como o então MDB de Tancredo, e o

PDT, foi Brizola quem atacou o nosso direito de levantar uma faixa na Presidente Vargas com a palavra de ordem Um dia de Greve Geral, no 25 de Abril, pelas Diretas Já! Do palanque, diante de um milhão de pessoas, Brizola fez uma agitação para legitimar um ataque que levou a que a faixa fosse derrubada. Na luta política pelos destinos da campanha das Diretas contra os partidos burgueses, Brizola, então governador do Rio, e um dos principais oradores do comício, queria impedir que as massas nas ruas vissem aquilo que os revolucionários não podiam dizer no palanque. Na luta pela democracia, usou os métodos mais antidemocráticos, próprios do que existe de mais podre: apoiou-se na autoridade que tinha para impedir que uma tendência minoritária no PT, a Convergência Socialista, pudesse apresentar a sua proposta. Não teve a honestidade política de confrontá-la com argumentos, mas, covardemente, à paulada.

Os símbolos são menos importantes que as ideias. É verdade. Não é uma questão de princípios levantar bandeiras em todos os atos. É uma escolha tática, portanto, em última análise, depende da relação de forças. Debaxo de uma ditadura não levantamos bandeiras, senão vamos presos. E só idiotas agem sem medir a consequência de seus atos. Não somos nem gente teimosa, nem obtusa. Mas há uma questão de princípios envolvida na polêmica sobre baixar ou não as bandeiras.

Queremos apresentar nossa opinião, com franqueza, para toda a esquerda e, em especial, para os mais jovens. Sabemos que têm dúvidas. É razoável ter dúvidas. Afinal, são milhares

gritando sem partido e isso impressiona. Mas é bom saber que a luta política é quase sempre assim, difícil, porque é contra a maioria. Se fossemos maioria não seria difícil. Ser leninista, no centenário da publicação do livro O Que fazer?, é isso. Ter a compreensão que não podemos fugir da luta política contra as ilusões da juventude e dos trabalhadores. É uma luta contra a falsa consciência das massas.

Vamos ao ponto. Quando estamos diante de grandes mobilizações de massas, com milhares de pessoas, em condições de liberdades democráticas, em que não seremos presos pela polícia, não é somente um direito, mas, também, um dever dos socialistas levantar as suas bandeiras. Muitos concordam conosco que é um direito, o direito elementar à liberdade de expressão, mas discordam que é um dever. Queremos explicar porque é um dever. Nossa opinião é que oportunismo não é levantar as bandeiras, mas o contrário, escondê-las.

Os revolucionários podem e devem usar os métodos conspirativos contra a polícia, os patrões, e todos os inimigos para se proteger. Em condições adversas, entramos na clandestinidade, se necessário. Mas, ainda nessas condições extremamente difíceis, com as mediações de segurança necessárias, não escondemos quem somos, e pelo que lutamos diante dos ativistas. E o fazemos porque os socialistas têm o dever de não se esconder do proletariado.

O que nos faz agir assim é simples: a honestidade política nos obriga a dizer quem somos, e qual é o nosso programa. Sabemos que o proletariado não concorda com o projeto da revolução brasileira. Sabemos

que hoje estamos em minoria. Mas só poderemos ser maioria, um dia, quando se abrir uma situação revolucionária, se tivermos a coerência e honradez de defender o programa enquanto formas, paciente, porém, corajosamente, uma minoria. Confiamos no proletariado e na sua vanguarda, porque é com eles que queremos fazer a revolução brasileira. Confiamos nos trabalhadores. Até quando eles mesmos não confiam em si próprios. Queremos mudar o mundo, mas para isso é preciso mudar as pessoas. A luta política é uma luta educativa.

Somos honestos, e dizemos quem somos e pelo que lutamos. E isso não é fácil. Porque, a maior parte do tempo, defendemos ideias revolucionárias em situações políticas em que a maior parte dos trabalhadores não concorda conosco. Seria mais fácil nos adaptarmos, e dizer somente aquilo que a maioria, nas fábricas e escolas, quer ouvir, porque já concordam. Queremos ser um instrumento de organização para que eles, trabalhadores e jovens, possam lutar e vencer contra o capitalismo. Não escondemos nossa identidade, não nos mascaramos atrás de siglas obscuras e mutantes, não apresentamos nossas ideias pela metade. Não queremos o apoio fácil, não queremos ser votados sem que os trabalhadores saibam em quem estão votando. Não somos oportunistas, somos honestos.

Não o fazemos porque queremos "aparecer". Não somos uma marca que precisa de publicidade. Não estamos vendendo nada. Estamos defendendo um programa. Não somos surfistas

continua na próxima página

continuação da página anterior

das lutas, somos parte, lado a lado, dos agitadores e organizadores das lutas. Quem esteve nas greves e lutas dos últimos quarenta anos pode não concordar conosco, mas não pode negá-lo.

Nas passeatas da quinta, dia 22 de junho, estávamos defendendo uma faixa enorme com a proposta de estatização dos transportes, para garantir o passe livre. E tínhamos a obrigação de assiná-la como PSTU, porque não somos anônimos, não saímos mascarados. Saímos de rosto exposto, porque somos gente responsável e honesta. Qualquer um na manifestação tinha o direito de não concordar. Mas não tinha o direito de queimá-la, não tinha o direito de impedir que a apresentássemos publicamente. Quem defende que os socialistas não podem se expressar, na verdade, defendem a nossa destruição, são os fascistas. Sabemos, evidentemente, que a maioria dos que gritavam atrás dos fascistas, sem partido, sem partido, não são fascistas. Mas a posição que defenderam foi, na prática, a mesma, e isso merece ser discutido.

Muitos se perguntam se o PSTU não deveria ter baixado as bandeiras, já que a maioria pediu que as bandeiras fossem retiradas. Este argumento parece democrático. Mas não é. É super, hiper, mega autoritário. Não era permitido partido? Quem decidiu? Quando decidiu? Houve algum debate? A maioria não tem o direito de impedir a minoria de se expressar. Porque, senão, teremos monolitismo da maioria, e ainda por cima, sem a possibilidade de reversão da posição majoritária, porque a minoria nunca poderá lutar para ser maioria. Sem liberdade, não haverá disputa de ideias. A disputa de ideias é a essência da liberdade. Um mundo melhor será um mundo mais livre e mais igualitário. Não haverá nunca liberdade entre desiguais. Mas não haverá igualdade sem liberdade.

Não haverá democracia no movimento sem a tolerância

da maioria com a minoria. A maioria tem muitos direitos, mas não o de impedir a expressão da minoria. A maioria tem o direito de votar quais são as reivindicações, mas após um debate em que as minorias devem poder se expressar. A maioria tem o direito de decidir o que vai ser feito e quando vai ser feito, mas as minorias têm o direito de apresentar propostas alternativas. Ninguém tem o direito de considerar que é infalível.

A maioria tem o direito de votar, por exemplo, que não se deve tolerar o vandalismo. A maioria tem o direito de impedir as depredações. A maioria tem o direito de impedir a destruição dos prédios públicos e impedir quem tentar agir de forma provocatória, o que só pode ajudar a legitimação da repressão. A maioria tem o direito de impedir as tentativas de invasão, como a do Palácio dos Bandeirantes em São Paulo e do Itamaraty em Brasília. Mas não tem o direito de queimar as faixas e símbolos das minorias que respeitam a vontade da maioria.

Alguns jovens argumentam que partido é tudo igual. Dizem que ninguém aguenta mais partido. Defendem que partidos são inúteis. Que toda a esquerda é igual ao PT. Atenção, que a desilusão com o PT tenha se transformado em desprezo é compreensível, mas não é verdade que todos os partidos sejam iguais, e muito menos que sejam inúteis. Há várias formas de organização na sociedade. Sindicatos devem representar categorias. Movimentos sociais representam a luta por um programa específico. O MPL luta contra o aumento das passagens, por um programa em defesa dos transportes públicos, pelo passe livre. O movimento estudantil luta pela defesa do ensino público. São lutas parciais. Para elaborar um programa para o Brasil precisamos de outro tipo de ferramenta de luta e representação.

Cada partido representa os interesses de cada uma das classes sociais em que se divide a nação. Há muitos partidos que defendem programas alternativos que respondem, quase

todos eles, aos interesses da burguesia, porque ela é a classe dominante. No Brasil, em sua maioria, são máquinas eleitorais corrompidas. Corrompidas pelo financiamento dos caixas dois nas campanhas eleitorais, e pela manipulação das verbas públicas. Representam as poucas centenas de grandes corporações que elegem quase todos os deputados e senadores. Merecem ser repudiados. Até o PT se transformou em um partido da ordem do capital. Mas o problema não são os partidos, mas os capitalistas que os compraram. Não vamos mudar o Brasil se não derrotarmos o capitalismo.

Não há forma de defender um programa político que não seja a organização, ou seja, a união voluntária de militantes. Isso é um partido mesmo que não tenha nome de partido. Não precisa estar legalizado para que seja um partido. Há muitos grupos políticos na internet que são partidos. Somente evitam denominar-se assim. Marina Silva resolveu aderir à moda denominando o seu partido de Rede, porque acredita que com essa camuflagem seria mais fácil de dialogar com a juventude. Isso é que é oportunismo, mascarar-se para evitar o atrito.

Não será um líder iluminado que poderá resolver a crise brasileira. Acabou a época dos líderes carismáticos. Janio fez uma carreira trocando de partido. Collor também o fez. A luta de partidos é inevitável. A pluralidade de partidos é inevitável. Quem defende que não haja a luta de partidos são os fascistas. Eles defendem que uma só bandeira pode ser hasteada, a nacional. Um só programa pode ser defendido, o deles. Um só líder, o deles. Salazar, Franco, Mussolini, Hitler. A esquerda não é toda igual ao PT. Há uma esquerda que apoia o governo, e uma esquerda que foi contra os governos do PT. O PSTU esteve sempre ao lado das causas mais justas, e das lutas populares.

Duas armadilhas estão no caminho da luta. Três campos, pelo menos, irão se definir, nas próximas semanas, ou dias. A burguesia vai tentar dirigir a mobilização para desgastar o

governo do PT e canalizar o mal estar para as eleições do próximo ano. Terá dificuldade em desviar as massas juvenis e populares da luta pelas reivindicações concretas, entre outras muitas razões, porque são governo em São Paulo, Minas Gerais e outros Estados. Mas está na disputa. Foi Alckmin quem mandou atirar, e não disse uma palavra de arrependimento, porque está esperando a hora para voltar a usar a repressão. O PT e seus satélites vão tentar, também, desviar a mobilização. Vão deslocar a luta das reivindicações para a defesa da "democracia", ou seja, para conseguir uma trégua nas ruas, para ganhar tempo para que a energia que nasceu das ruas se perca pela confusão e o cansaço. Já há quem fale em ofensiva da direita, perigo de golpe, frente democrática dos movimentos sociais, da esquerda, contra o golpe. Tem também, um probleminha. Foi Haddad quem mandou atirar. E, tampouco, admitiu qualquer arrependimento. E Dilma foi à TV para dizer que pode colocar as Forças Armadas nas ruas.

O terceiro campo será o da unidade da juventude com os trabalhadores. Essa é a força social mais poderosa que há no Brasil. A juventude abriu uma janela de esperança. Se olharmos bem por ela, veremos que nas fábricas e empresas de todo o país há milhões de trabalhadores que estão há muito tempo querendo acreditar que é preciso lutar. Agora ficou provado que, se lutarmos, é possível vencer. Nunca foi só por centavos. Nunca foi só por uma bandeira.

**Valerio Arcary é professor de História e dirigente do PSTU**

**Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.**

## MOVIMENTOS SOCIAIS

# Tribo indígena expulsada pesquisadores de suas terras

Cerca de 25 pesquisadores foram retirados da terra indígena da tribo Munduruku pelos próprios ocupantes da região no dia 22/6 em Jacareacanga, no Pará. Os técnicos coletavam amostras da fauna e flora da região para os estudos ambientais e de viabilidade das usinas hidrelétricas do rio Tapajós, que afetarão o território. Segundo os indígenas, os pesquisadores usavam uniformes da empresa Concremat, que presta serviços para o Consórcio Grupo de Estudos Tapajós, liderado pelas empresas Camargo Correia, GDF Suez, Eletrobras e Eletronorte, entre outras empresas. Em nota pública lançada na semana passada, os Munduruku afirmaram que o governo já sabia que os indígenas não permitiram a entrada de

pesquisadores no território. Leia a declaração dos Munduruku na íntegra: "Declaração Munduruku: pesquisadores, não entrem nas nossas terras. Nós, Munduruku do rio Tapajós, apreendemos um grupo de pesquisadores que estava ilegalmente em nossa terra. Eles estavam coletando animais, plantas e amostras para a construção de barragens nas nossas aldeias. Nós apreenderemos tudo o que foi coletado por eles, todos os materiais, tudo o que foi retirado e anotado das terras indígenas. Nós deixamos claro para o governo federal que não iríamos deixar entrar nenhum pesquisador nos nossos territórios. Nós vamos liberar pacificamente este grupo, mas alertamos que não toleraremos mais essa postura por parte do governo

federal e dos empreendedores que querem construir barragens. Um avião búfalo do Exército/FAB pousou hoje em Jacareacanga. Esperamos que esses militares não tenham vindo para nos atacar, mas sim para defender o nosso direito pela nossa terra, a lei e a Constituição. Porque quem está errado é o governo. Nós estamos certos. Exigimos que o governo suspenda todos os estudos e pesquisas relacionados às barragens nos rios Tapajós e Teles Pires. Nós sabemos que as pesquisas são o primeiro passo para viabilizar a construção das hidrelétricas. Nós não vamos deixar as pesquisas e estudos acontecerem. Se o governo não suspender, nós daremos um jeito. Sugerimos aos pesquisadores que não entrem nas nossas terras. Estão todos avisados."

## Pescador é morto em disputa de pesca na Baía de Guanabara

Mais um pescador foi morto pela disputa das áreas de pesca na Baía de Guanabara no dia 20/6. Clayton Luiz dos Anjos Medeiros, de 41 anos, foi atingido por quatro tiros na cabeça, quando se preparava para mais uma aventura no mar, no Gradim.

Ele estava preparando o barco para a partida, programada para às 15h, quando dois homens se aproximaram e dispararam os tiros, que chamaram a atenção dos vizinhos e moradores das proximidades. O corpo de Clayton foi encontrado pouco depois, caído às margens do rio. Os criminosos usaram pistola calibre 9mm e podem ter levado as cápsulas deflagradas, já que nada foi encontrado no local.

## Comitê Popular da Copa pede desmilitarização da Polícia Militar

O Comitê Popular da Copa de São Paulo divulgou nota questionando a militarização da Polícia Militar, devido aos últimos acontecimentos escancarados pela imprensa de abuso de poder da polícia devido aos manifestantes e jornalistas gravemente feridos nas manifestações contra o aumento da tarifa em diversas cidades brasileiras. O comitê explica na nota que "enquanto Comitê Popular da Copa de São Paulo, não podemos deixar de notar que todas as nossas lutas são atravessadas pela mesma

questão: a presença da Polícia Militar como "mediadora" do conflito. Nas manifestações populares, é esta corporação que determina o começo, o fim e muitas vezes impedem o trajeto do ato, reprimindo-o quando acha que é hora de reprimir. Nas remoções forçadas, também é a PM quem faz o trabalho sujo de expulsar moradores de suas casas. No tratamento dos trabalhadores ambulantes, é outra vez a PM quem extorque, agride e prende quem ousa desafiar seu poder quase feudal. Nas ruas, nem é preciso dizer

muito: é mais uma vez a PM quem persegue, agride, prende e mata os sem-teto e os usuários de droga. No campo não é diferente: sem-terra e indígenas recebem o mesmo tratamento truculento quando a PM é chamada para "dialogar". Para conferir o texto na íntegra, acesse <http://on.fb.me/15KCIOs>. O Tribunal Popular também divulgou nota pedindo atenção a esta pauta dos movimentos pelos Direitos Humanos, apontando que a PM mata diariamente nas periferias brasileiras jovens negros e pobres.

## Estudantes da Unesp ocupam reitoria

Estudantes de diversos campi da Unesp ocuparam a reitoria da universidade na manhã de quinta-feira, 27/6. Dez dos campi da universidade estão em greve estudantil reivindicando a garantia efetiva de políticas de permanência estudantil, como moradia e restaurante universitário, incluindo os campi experimentais que não contam com nenhuma dessas estruturas básicas. Os estudantes também se mostram contra o Pimesp, política de cotas do governo federal, mas esclarecem que não são contra políticas de cotas em geral - o Pimesp, segundo o movimento, é antidemocrático, meritocrático e elitista.

# ROLA NA RAMPA

## Consun tem última sessão com a atual formação

O Conselho Universitário, Consun, realizou na última quarta-feira, 26/6, a sua última sessão com seus atuais conselheiros. Em agosto a bancada dos professores será renovada com a presença dos novos diretores de faculdade e dos representantes docentes de cada uma delas. Também os funcionários virão com novos representantes que serão eleitos nesta semana, assim como os estudantes que a cada sessão estão apresentando seus novos representantes.

A reitora nomeada professora Anna Cintra colocou em votação a homologação dos resultados da eleição para direções de faculdade, chefias e coordenações. Aprovada a deliberação, alguns conselheiros questionaram a reitoria nomeada sobre as horas administrativas que serão objeto de uma comissão, nomeada pelo Conselho de Administração (Consad) com a função de determinar parâmetros para aplicação dos novos percentuais.

Segundo a professora Maria Amália Andery, que faz parte da Comissão, o Consad acolheu as reivindicações do Consun, nomeando para isto uma Comissão que deverá elaborar uma proposta estabelecendo critérios para uma possível redução das horas administrativas. Esta Comissão terá 30 dias (a partir de 17/6) para formular o seu parecer para a apreciação do Consad. O professor Luiz Carlos Campos argumentou que, para que não houvesse

transtornos nas atribuições de aula para o segundo semestre, a aplicação das novas deliberações deveria ficar para 2014. Porém, a professora Maria Amália não garantiu este pedido, uma vez que a decisão final caberá ao Consad.

O Consun também discutiu o relatório final da professora Neide Barbosa Saisi, ouvidora da PUC-SP, que deixará o cargo após quatro anos de mandato. A professora fez um balanço positivo de sua gestão que, segundo ela, ocupou-se em ouvir as reclamações e não interferir na resolução dos problemas, deixando que as partes envolvidas chegassem a um consenso. Neide apresentou gráficos resumindo os atendimentos feitos pela ouvidoria nestes últimos quatro anos. Entre solicitações presenciais, via telefone e online foram recebidas cerca de 61.000 solicitações. Entre os problemas mais recorrentes estão aquelas relacionadas ao fechamento de turmas que alteram profundamente o plano de estudos dos alunos. A reitoria nomeada deverá indicar um novo ouvidor que passará pela aprovação dos conselhos.

Outros três assuntos que compunham a pauta foram suspensos devido a pedidos de vista. Assim, ficou para a próxima reunião a regulamentação de estágios no exterior para alunos da pós, a alteração no estatuto da Faculdade de Direito e o recurso impetrado contra professores do curso de Jornalismo.

## Professor é nomeado para comissão da OAB

O professor Marcelo Figueiredo, diretor da Faculdade de Direito foi convidado pela quarta vez consecutiva para integrar a Comissão dos

Estudos Constitucionais do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e, pela primeira vez para presidir a mesma Comissão na OAB-SP.

## Milhares protestam contra cura gay e pedem a saída de Feliciano

Cerca de cinco mil pessoas foram às ruas de São Paulo na sexta, 21/6, após a aprovação do projeto que legaliza o tratamento da homossexualidade enquanto doença, popularmente conhecido como projeto da "cura gay", na Comissão de Direitos Humanos e Minorias. O grupo, que incluiu diversos partidos, organizações e movimentos sociais, caminhou tranquilamente entre a Praça

Roosevelt e o vão do MASP, dois pontos conhecidos por serem cenário de violência contra homossexuais. Na quarta, 26/6, mais de 300 caminharam entre a Praça do Ciclista, na Paulista, e a avenida Brigadeiro Luis Antonio, onde pararam na frente da sede do Partido Social Cristão e fizeram um escracho pedindo o veto ao projeto e a saída de Marco Feliciano da presidência da CDHM.

## Professores recebem a nova Revista PUCviva

Os professores associados à APROPUC estão recebendo em seus escaninhos o número 42 da Revista PUCviva que debate a Crise do capitalismo e as tendências bélicas mundiais. A edição conta com 10 textos

de professores, militantes sociais e cientistas políticos que discutem o tema sob os mais diferentes pontos de vista. O lançamento da revista acontecerá no mês de agosto em data e local a serem confirmados.

## Plantões de férias

Este é o último número do **PU-Cviva** no semestre. Estaremos de plantão para relatar através do site da APROPUC tudo aquilo que estiver ocorrendo no mês de julho. Um boletim especial deverá circular esta semana divulgando os vencedores do pleito para a representação dos funcionários nos conselhos superiores. A APROPUC funcionará no período entre 9h e às 18h, sendo que os plantões jurídicos não sofrerão alteração. A diretoria da entidade tam-

bém manterá plantão durante todo o período. Já a AFAPUC funcionará excepcionalmente nas próximas semanas em regime de plantão, entre 14 e 16h, devendo regularizar em breve as suas atividades. Porém o atendimento jurídico permanecerá às quartas-feiras, das 11h às 14h. A reitoria nomeada divulgou deliberação alterando o início das aulas no segundo semestre, que estavam previstas para o dia 1º/8 para o dia 5/8.